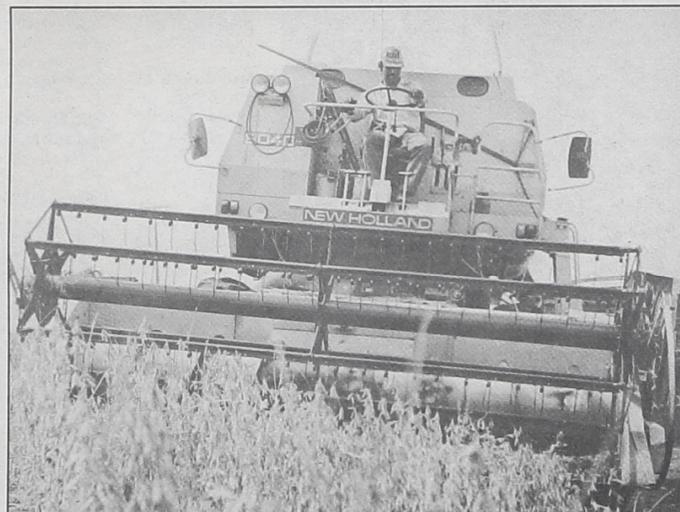


Real paralisa o

Cotações estão em alta, mas vendedor

Soja: responsável pela alta nos preços da terra no Norte, Noroeste e Oeste do PR.



Luiz Carlos Rizzo Maringá (PR)

Comprar, sim. Vender, agora não. Com este pensamento, proprietários rurais do Paraná provocam paralisação no mercado de terras neste momento. A explicação é simples: às vésperas do Plano Real, que trocará o anêmico cruzeiro real pelo aparentemente robusto real a partir de 1o. de julho, quem tem terra para vender opta por esperar alguns meses até que se clareiem os rumos do novo programa de estabilização econômica. De nada adianta o assédio de compradores, que consideram este momento ideal para aquisições. Segundo consenso geral entre imobiliárias e

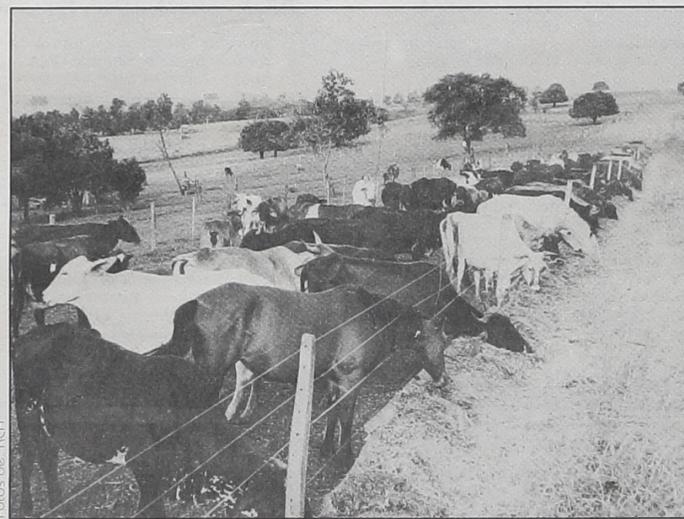
agricultores, a própria introdução da URV, embrião da nova moeda nacional, possibilitou uma rápida valorização nas cotações dos imóveis rurais, aquecimento que se acentuou em função da excelente safra de grãos que no Paraná é recorde: 15 milhões de toneladas. E para felicidade geral, a super safra veio acompanhada de bons preços de mercado, especialmente para soja e algodão.

Curiosamente, na onda da equivalência-produto surgida a partir do programa Panela Cheia, da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, onde o investidor rural financia melhorias na atividade tendo como base o pagamento na cotação do milho, a moeda-corrente nas

transações não é dólar, URV e, claro, muito menos cruzeiros reais. Ela atende pelo nome de soja. Assim, um alqueire de terra roxa em municípios próximos a Maringá custa entre 1.200 a 1.300 sacas de soja. Custa, teoricamente, porque quando alguém faz a oferta, o proprietário desconversa, sai pela tangente e não abre mão da terra.

De qualquer forma, os preços estão lá em cima, quase atingindo a estratosfera. Os sócios Jorge Fregadolli, Antonio Itox e Valdecir Brambilla eram donos de 65 alqueires de solo roxo dentro do perímetro urbano de Maringá até março do ano passado. Depois de muitas conversações, a prefeitura de Maringá conseguiu convencê-

los a vender a área para construção de 3.600 casas do programa estadual "Casa da Família". Cederam e entregaram o alqueire a 12.000 dólares. Se tivessem bola de cristal e adivinhassem que a safra deste ano seria excelente, certamente teriam esperado um pouco mais para fechar o negócio. Assim, à cotação deste momento, obteriam pelo menos 20.000 dólares/alqueire. Evidente que, na seqüência ao recebimento do dinheiro, os sócios investiram em terras. Por exemplo, Valdecir Brambilla comprou extensão três vezes maior que compunha sua terra na área onde está nascendo uma nova cidade com população superior a 15.000 habitantes.



Fotos de: RCF

Área de pecuária: entre 6 mil e 9 mil dólares o alqueire no Nordeste.

A preferência é para os negócios "casados"

Adevanil Generoso, proprietário da Generoso Imóveis (Maringá), comprova a escassez de negócios rurais diante da decisão do proprietário não vender, argumentando:

"É muito raro mesmo encontrar um proprietário rural que tenha vendido parte de sua fazenda ou seu sítio para aplicar em outra atividade ou mesmo no mercado financeiro. Os negócios, quando raramente saem, são casados. Ou seja, quem vende aqui, já amarrou a compra de uma propriedade maior. E, em função de expectativa favorável do novo plano econômico, aí é que os negócios ficam emperrados. Existe um pensamento geral de que, com a recuperação do poder de compra pelos assalariados a partir do novo plano econômico, o consumo vai aumentar e fará bons negócios quem tiver produtos, principalmente alimentos, para vender.

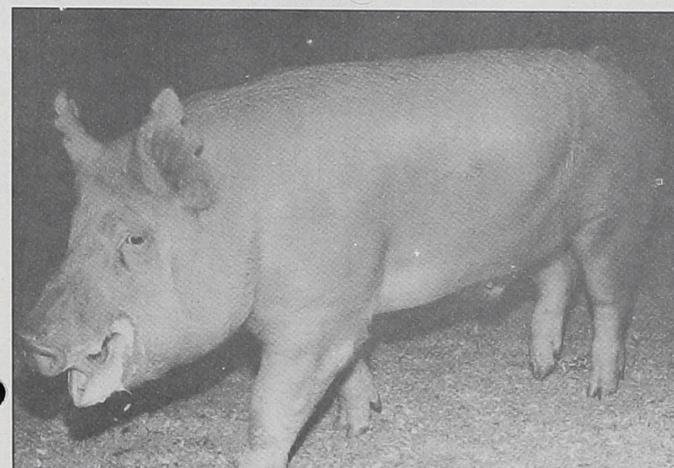
Por isso que as cotações na região de Maringá, principal cidade do Noroeste do Estado e que exerce influência econômica sobre mercado

consumidor superior a 1,5 milhão de pessoas no arenito-cauiá, estão cada vez mais aquecidas. Em Ângulo, um dos municípios mais novos do Paraná e distante menos de 40 Km de Maringá, a terra mista mecanizada está fixada em 13.000 dólares o alqueire. Trata-se de cotação nominal porque nos próximos 60/90 dias, corretores de terra sabem que atravessarão período acentuado de "vacas magras". Ninguém quer vender, nem que momentaneamente as propostas sejam tentadoras. O arrendimento pode vir a curto prazo.

Em Marialva, 17 Km distante de Maringá e o principal município produtor de uva no Estado, predominando sítios de solo roxo, é mais fácil ser encontrada uma agulha no paiol de que alguém ofertar o alqueire por menos de 20.000 dólares. "Quem tem terra, quer comprar a do vizinho. E este, vice-versa. Assim, não tem negócio", comenta o agrônomo Odair Mazzia, do escritório local da Emater-PR e responsável pela extensão rural no município.

Aftosa muda comportamento no oeste

Criadores se preocupam mais com controle sanitário com medo de novos prejuízos



Os suínos atingidos pela doença foram sacrificados.

Airton Kraemer Marechal Rodon (PR)

O duro golpe sofrido pelos produtores de bovinos e suínos do Oeste do Paraná, com o surto de febre aftosa no período de novembro/93 a fevereiro/94, deixou marcas profundas na região. Depois de terem sofrido prejuízos com o abate de animais doentes e a própria queda no preço da carne, os produtores, de um modo geral, começam a mudar o seu compor-

tamento em relação ao controle sanitário do rebanho. Quem não se importava muito com a vacinação do seu plantel e com a procedência dos animais, passou a ter mais cuidado. O surto de aftosa, que acabou sendo controlado pelo Departamento de Fiscalização e Defesa Sanitária Animal da Seab, através do Núcleo Regional de Toledo, resultou no sacrifício de 2.383 cabeças de suínos e 373 bovinos, nas 50 propriedades atingidas pela doença. Um fundo emergencial de erradicação da febre aftosa cobriu parte dos prejuízos,

US\$ 0,25 por quilo, voltando à normalidade somente em meados de março. Os municípios mais atingidos, entre eles Marechal Cândido Rondon, Pato Bragado, Santa Helena, Nova Santa Rosa, Quatro Pontes e Toledo, desenvolvem hoje ações efetivas no campo da vigilância sanitária animal, permitindo somente a comercialização de produtos inspecionados e carimbados. Preocupadas com a prevenção, temendo o surgimento de novos focos da doença, as autoridades sanitárias, lidera-

através do desconto relativo a meio quilo de carne de cada animal sadio abatido nos frigoríficos da região. Mas os produtores que tiveram animais sacrificados não foram os únicos prejudicados. Por um período de 90 dias, as fronteiras do Mercosul foram fechadas para o comércio de carne e derivados, e os preços no mercado regional caíram em até

normalidade somente em meados de março. Os municípios mais atingidos, entre eles Marechal Cândido Rondon, Pato Bragado, Santa Helena, Nova Santa Rosa, Quatro Pontes e Toledo, desenvolvem hoje ações efetivas no campo da vigilância sanitária animal, permitindo somente a comercialização de produtos inspecionados e carimbados. Preocupadas com a prevenção, temendo o surgimento de novos focos da doença, as autoridades sanitárias, lidera-

das pela Seab, intensificaram as campanhas de conscientização dos produtores, conseguindo resultados animadores. Na última campanha de vacinação do rebanho bovino contra a febre aftosa, por exemplo, de 1o. a 24 de abril, cerca de 75.300 animais foram imunizados, o que representa 97% do rebanho na área de atuação da unidade veterinária da Seab de Marechal Rondon. "Produtores que nunca vacinavam seus animais, passaram a procurar os órgãos competentes, fazendo o seu cadastro junto à Seab, confeccionando sua carteirinha para poder adquirir as vacinas", revela o chefe da unidade rondo-

nense, médico-veterinário Rúbens Tadeu Reynaud. Segundo Reynaud, no entanto, o grande problema continua sendo a dificuldade de vacinação do rebanho de suínos, porque o ciclo de vida desses animais é muito curto e a rotatividade do plantel é muito grande, além de não existir uma vacina específica para os suínos. O médico-veterinário confessa também que alguns produtores insistem em sonegar informações sobre o real número de animais na propriedade, principalmente em relação a bovinos, o que acaba prejudicando a organização de uma campanha de vacinação que atinja 100% do rebanho. ■

Secretário quer reabrir exportações de suínos

Passado o surto de aftosa no Oeste do Paraná e em consequência do sucesso alcançado pela campanha de vacinação, cuja cobertura deve atingir até 98% do rebanho bovino, o secretário da Agricultura, José Carlos Tiburcio solicitou ao Ministério da Agricultura para que adote as providências para restabelecer o comércio de carne suína com a Argentina. Entre elas, a visita de uma missão de técnicos argentinos ao Paraná para que eles constatem a eliminação total dos focos de aftosa. Na verdade Tiburcio quer saber exatamente qual a razão do impedimento para que a Argentina volte a comprar carne suína do Paraná. Na ausência de uma explicação técnica, acredita que a posição argentina representa uma barreira não tarifária ao Brasil, sendo que o Paraná é o maior prejudicado, já que a Argentina continua comprando derivados de suínos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. (VC)

DOENÇA PODE TER VINDO DO PARAGUAI

O foco de febre aftosa que golpeou duramente os produtores do Oeste teve o primeiro registro da doença na propriedade de Pedro Canizio Sulzbacher, no município de Pato Bragado, às margens do lago internacional de Itaipu, na fronteira com o Paraguai, em outubro de 93. Também foram registrados animais doentes, na mesma época, nas propriedades de Romeu Fritzen, todos em Pato Bragado.

Como as famílias Sulzbacher e Fritzen possuem terras também no Paraguai, é possível que um animal doente trazido através do lago de Itaipu tenha dado origem ao surto de aftosa no lado brasileiro. A doença não está controlada no lado paraguaio, e é muito comum o trânsito de animais entre os dois países, através do lago, sem qualquer controle das autoridades sanitárias.

Em razão da grande atividade de comércio de suínos entre os produtores e as empresas que repassam os animais aos frigoríficos, além do sistema de integração dos próprios frigoríficos, a partir de Pato Bragado a doença se espalhou rapidamente por toda a região. De acordo com informações da unidade veterinária da Seab em Marechal Rondon, os próprios caminhões fazendo o transporte de animais doentes se transformaram em portadores do vírus, espalhando a doença em todas as propriedades em que transitaram. (AK)

DENÚNCIA: animais silvestres também são portadores

O lago internacional de Itaipu, além de facilitar as ações de contrabandistas e ladrões de automóveis, é também corredor de "importação" de animais silvestres. Caçadores de Marechal Cândido Rondon e de outros municípios ribeirinhos fazem verdadeiras matanças nas matas do Paraguai, trazendo para o Brasil a cobiçada carne de antas, capivaras, pacas, porcos do mato e outros animais. É comum se ver nas churrascadas típicas da região o consumo de carne de caça oriunda do vizinho país.

O problema é que com a existência do vírus da febre aftosa nas matas paraguaias, os animais silvestres se transformam em portadores e incubadores da doença. E o mais grave é que alguns animais são trazidos vivos, encomendados para a realização de festas, representando um sério risco de surgimento de focos de aftosa nos municípios ribeirinhos ao lago. Por um período de 90 dias, a partir de final de outubro de 93, a população da região de Toledo, Marechal Rondon e Santa Helena, reduziu sensivelmente o consumo de carne e de outros produtos de origem animal, temendo os efeitos do surto de febre aftosa. Passado esse período, o consumo voltou à normalidade, segundo informa o médico-veterinário Luiz Alberto Centenaro, chefe do Departamento Municipal de Defesa Sanitária de Marechal Rondon. (AK)